

2

Marcos históricos

O livro permanece quando os homens já passaram.²

² Do original: “*Liber manet, homines praeterierunt.*” *Ep. Ad Demetr.*, 130, 19, PL, XXII, 1123 *apud* ARNS, 2007.

Este capítulo apresenta o contexto do livro e da editoração no Brasil, suas estruturas, tamanho e perspectivas de futuro. Não se busca um relato histórico, mas sim, com a seleção e análise de marcos históricos, apontar a influência que tais eventos têm nas práticas exercidas no mercado editorial hoje. A partir destas análises procura-se uma relação com o presente a fim de se constituir um contexto para a formação da editoração brasileira. O capítulo se inicia pelo levantamento dos principais marcos da história do livro no Brasil e como cada evento têm relação com o presente. São observados momentos como: a chegada das livrarias, o início da impressão e da atividade editorial no território brasileiro. A seguir, apresenta-se uma análise do livro e de suas relações com as novas tecnologias, o surgimento de novos modelos de produção, de negócios e perspectivas para o futuro. O capítulo se encerra com a apresentação dos dados do relatório anual “Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro” realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) a pedido do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e da Câmara Brasileira do Livro (CBL).

2.1 A edição de livros no Brasil

O período colonial brasileiro³ foi marcado pela censura. A coroa portuguesa proibia a impressão de livros e qualquer atividade industrial no território. “A proibição se dá apenas como mais uma restrição à iniciativa econômica na colônia” (HALLEWELL, 1985, p.12) e fazia parte de uma tentativa de isolamento, para impedir qualquer tipo de atividade comercial e regular toda a circulação de riquezas na colônia. Autores brasileiros para terem suas obras impressas deveriam confeccioná-las fora do país e importá-la com autorização portuguesa. No entanto, esse evento não impediu a circulação de livros que acontecia de forma clandestina. Há relatos de uma primeira iniciativa de instalação de uma prensa tipográfica no nordeste durante a invasão holandesa entre os anos de 1630 e 1655, porém frustrada. Outros relatos citam prensas em funcionamento durante a proibição em Pernambuco e no Rio de Janeiro como relata Hallewell (1985), porém, todas consideradas irregulares.

³ Período histórico compreendido entre o descobrimento do Brasil, ou chegada dos portugueses ao território em 1500, até a Independência em 1822, quando se inicia o Período Imperial.

Uma das primeiras histórias que unem a produção editorial à história do Brasil data ainda do período da proibição. Em 1557, Hans Staden narra em livro as aventuras que viveu em terras brasileiras nas duas viagens que fez: uma em 1548 e outra em 1550. Durante sua última viagem o barco em que estava naufragou no litoral de São Paulo e Staden acabou sendo capturado por uma tribo de índios tupi-nambás. O livro relata o período em que Staden foi aprisionado pelos nativos, uma tribo conhecida pelos hábitos de canibalismo, de sua captura até a fuga e retorno à Europa. A façanha foi registrada no livro *História Verdica*, editado em Marburg na Alemanha, em edição ricamente ilustrada que tornou-se rapidamente *best-seller* como descreve Eduardo Bueno:

Livrinho que, não por acaso, se tornou *best-seller* desde o dia em que deixou a prensa alemã, em Marburgo, “na terça-feira de carnaval de 1557”, como registra o prefácio original (...) não por acaso escrito por um *ghostwriter*; não por acaso pirateado já em sua segunda edição; não por acaso fartamente ilustrado. E muito menos por acaso, lançado sob o impactante título de *História Verdica e descrição de uma terra de selvagens, nus e cruéis comedores de seres humanos, situada no Novo Mundo da América, desconhecida antes e depois de Jesus Cristo nas terras de Hessen até os dois últimos anos, visto que Hans Staden, de Homberg, em Hessen, a conheceu por experiência própria, e que agora traz a público com essa impressão* (BUENO *apud* STADEN, 2011).

Os relatos narram em detalhes os costumes, crenças e hábitos da tribo, principalmente em sua lida com os prisioneiros, os rituais de preparação e cozimento da carne. “O notável é que os méritos da narrativa de Staden são tão superlativos quanto os dizeres sensacionalistas que o anunciam” (BUENO *apud* STADEN, 2011). Ao ser editado em um momento de grande curiosidade sobre o “novo mundo” e sua natureza selvagem, tornou-se um sucesso editorial caracterizado por Bueno como um *best-seller*. Rapidamente, foi traduzido para outras línguas e em cinco anos houve 10 reedições. As traduções se deram para o holandês (1558), o latim (1559), o flamengo (1560), o inglês e o francês. Até o século XVIII existiam 70 edições.

O conceito de *best-seller* é em primeira instância, por tradução direta do inglês, sinônimo de grande vendagem de exemplares. Pode também ser compreendido como fenômeno de massa, como descrito por McLuhan (1982 *apud* SODRÉ, 1985), em uma espécie de fórmula, um tipo de literatura com características próprias com fins de entretenimento que potencializam o consumo. O processo de construção de

uma obra capaz de atender aos anseios de um grande número de leitores está ligada a uma série de práticas editoriais que têm como objetivo a produção de um *best-seller*. Pode-se observar na citação de Bueno sobre o livro de Hans Staden algumas destas práticas. O primeiro aspecto que se pode notar é a escolha da temática para o momento histórico em andamento quando do lançamento da obra. A Europa em 1557 ainda se adaptava à descoberta de um novo continente e acumulava grande interesse por esse desconhecido. A história de Staden contada a partir de seu olhar europeu sobre os hábitos dos selvagens foi habilmente transformada em um livro com características adequadas a satisfazer a curiosidade popular sobre o assunto. Contribuem a narrativa detalhada sobre os processos de cozimento de prisioneiros realizados pela índios e as ilustrações detalhadas explorando os aspectos mais sensacionalistas que podem ser observados na Figura 2 a seguir. Como resultado, a obra transformou-se em sucesso editorial ao ponto de ser pirateado (BUENO *apud* STADEN, 2011).

Durante essa época o Brasil, ainda na condição de colônia, era proibido de imprimir livros por decreto da coroa portuguesa. Todo livro que circulava por essas terras ou era importado sob a autorização da coroa ou contrabandeado. A obra de Staden só foi editada no Brasil em 1892, porém em uma edição considerada de baixa qualidade⁴. Somente em 1900 foi publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo uma versão definitiva, vertida diretamente do original alemão por Albert Löfgren. Em 1925, a história ganhou uma versão infantil sob o título de *Meu cativo entre os selvagens do Brasil*, editada por Monteiro Lobato em que as aventuras de Hans Staden são narradas por Dona Benta. Outras versões foram lançadas até a edição de 1941 realizada pelo Instituto Hans Staden e considerada a melhor por especialistas, já que suas notas contextualizam a expedição da qual Hans fez parte e a obra apresenta-se como um relato importante para o entendimento do processo de formação do território nacional. O livro de Staden representa um marco da produção editorial por satisfazer a curiosidade europeia sobre os costumes e as excentricidade de um Brasil recém descoberto aliando o relato verídico das aventuras de Hans ao tratamento sensacionalista dado a suas primeiras edições na Europa.

⁴ O historiador Eduardo Bueno na introdução de *Hans Staden: Duas viagens ao Brasil*, editado pela L&PM em 2011, detalha o processo de edição da primeira versão da obra em língua portuguesa e os motivos pelos quais foi considerada uma edição ruim.



(A)



(B)

Figura 2 (A) Ilustração da primeira edição da obra *História Verdica* editada em 1557. (B) Gravura de Théodore de Bry (1562) para uma das edições de *História Verdica*.

“A editoração no Brasil só tem início, oficialmente, no século XIX com a chegada da família real ao Rio de Janeiro em 1808 que trazia em sua caravana uma prensa de origem inglesa” (PAIXÃO, 1996, p.12). Imediatamente à chegada ao Rio de Janeiro é estabelecida a Imprensa Régia com o objetivo de imprimir a legislação vigente e toda publicação com fins burocráticos a ser distribuída pelo território. Este momento marca o fim da proibição da imprensa que durou todo o período colonial. Ainda em 1808 é impressa a primeira obra literária *Marília de Dirceu*, de Tomás Antônio Gonzaga que ao somar-se as “suas 34 edições, em Portugal e no Brasil, em meados do século XIX, foi o primeiro *best-seller* brasileiro” (HALLEWELL, 1985, p. 23).

A família real trazia, também em sua bagagem, uma parte do acervo da Biblioteca Real dos Bragança, que veio a compor o primeiro acervo da Biblioteca Nacional (BN) do Rio de Janeiro fundada por decreto real de 29 de outubro de

1810. O acervo cresceu rapidamente com a chegada de novo lote vindo de Portugal, por meio de doações e compras. O primeiro levantamento feito contabilizou 60 mil livros. O prédio do Hospital Terceiro da Ordem do Carmo acomodou inicialmente o acervo quando em 1858 foi transferido para um novo prédio na rua do passeio por não comportar mais o volume dos livros. Em 1907, foi instituído o *depósito legal*, que por decreto estabelecida a doação compulsória de um exemplar de toda obra editada no território para a Biblioteca Nacional, com a finalidade de que ela assegure o registro e a preservação da produção editorial nacional. O acervo chegou rapidamente, com essa resolução, a 400 mil exemplares e em 1909 foi transferido para o novo prédio na avenida Rio Branco, que sedia até hoje a Biblioteca Nacional.

O acervo da BN atualmente reúne 10 milhões⁵ de peças dos quais 4 milhões são livros. É considerada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) a sétima maior biblioteca nacional do mundo e a maior da América Latina. A instituição sofre com a falta de infraestrutura para receber novos exemplares enviados a partir do depósito legal. Segundo estimativa feita na década de 70 cerca de 20% dos livros produzidos no país são enviados a BN (PAIXÃO, 1996, p. 27), mesmo com a previsão de multa para quem descumpri-lo.

Além de receber o depósito legal a BN desempenha outras funções de registro e controle da edição de obras e de direitos autorais:

- *International Standard Book Number* ou ISBN: é um sistema internacional de identificação de livros que através de uma sequência numérica e código de barras identifica o título, o autor, o país, a edição e a editora. O modelo foi criado em 1967 por editores ingleses e em 1972 instituído como norma internacional pela *International Organization for Standardization* - ISO 2108 – 1972. O objetivo da catalogação é a fácil identificação das obras através de sistemas informatizados, eliminando a barreira da língua e facilitando a circulação das obras em bibliotecas e livrarias. A BN é responsável pelo cadastro dos editores e emissão do prefixo editorial⁶, pelo cadastro das obras e emissão do número do ISBN.

⁵ Dados do site da Biblioteca Nacional (<https://www.bn.br>). Acessado em: 12/09/2015.

⁶ É o número de cadastro do(a) Editor(a) no Sistema do ISBN, fornecido pela Agência Brasileira e atribuído quando o(a) Editor(a) se cadastra. Ele é a identificação do(a) editor(a) na Agência e no mercado editorial. (<http://www.isbn.bn.br> acessado em: 12/09/2015).

- Registro de direitos autorais: o serviço existe desde 1898 e hoje atende a lei nº 9.610/98 que assegura o direito do autor. O registro assegura a autoria de uma obra, especifica direitos morais e estabelece prazos para domínio público ⁷.
- Planor ou plano nacional de recuperação de obras raras: foi criado em 1983 com a finalidade de identificar, coletar, reunir e disseminar através da BN informações sobre acervos raros no Brasil. A iniciativa também promove eventos e cursos para a capacitação profissional de pessoal para a atuação na gestão de acervos raros e memória.
- Intercâmbio entre bibliotecas para a doação de edições duplicadas do acervo.

A Biblioteca Nacional é o órgão responsável pela execução das políticas públicas para captação, preservação e difusão dos registros da memória bibliográfica e documental nacional. A instituição periodicamente promove, por meio de editais, a concessão de bolsas de pesquisa e de parcerias de coedição com editoras para fomentar a produção de conhecimento.

Em 1808, com a instituição de Imprensa Régia e o fim da proibição de imprimir começaram a surgir os primeiros jornais e teve início a edição de livros no país (PAIXAO, 1996, p.12). Nos anos seguintes, começaram a chegar novas livrarias vindas da Europa em busca de novos mercados e junto com elas uma nova personagem, o *livreiro-editor*. Sob a grande influência que a cultura francesa exercia, considerada sinônimo de modernidade, os novos livreiros têm êxito na importação da literatura francesa. A primeira livraria a chegar foi a *Universal*, fundada em 1833 por Eduard Laemmert e seu irmão Heinrich. Quatro anos depois, eles compraram três novas impressoras e fundaram a *Typographia Universal* que passou também a editar obras. A principal obra da editora foi o *Almanak Maermmert* que reunia notícias de todo o império, e em 1875 chegou a 1700 páginas. Eles também traduziam obras do francês e do alemão como Goethe e foram pioneiros em literatura infantil ao lançar *As viagens de Gulliver*. Em 1844, é instalada a livraria Garnier e dividia com a livraria *Universal* o mercado de livros na época. Seu fundador, Baptiste Louis Garnier é, segundo Paixão, considerado o primeiro editor brasileiro a entender que as etapas de impressão e de edição poderiam ser independentes. Garnier man-

⁷ A Lei de Direito Autoral nº 9.610 de 1998 institui o prazo de 70 anos após a morte do autor, a contar a partir de 1º de janeiro do ano seguinte a morte, para que os direitos de uso comercial da obra sejam tornados públicos.

dava imprimir seus livros em Paris e Londres e possuía uma sofisticada estrutura voltada para a editoração das obras montada no Brasil. Eram tradutores, redatores e revisores qualificados produzindo obras nacionais e europeias. A Garnier concentrava a elite cultural carioca conforme enumera Paixão:

A numerosa equipe de autores da Garnier incluía Jose de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo, Graça Aranha, Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Joaquim Nabuco, Silvio Romero, Olavo Bilac, José Veríssimo, Arthur de Azevedo, Bernardo Guimarães, Paulo Barreto (o Joao do Rio). Baptiste Louis Garnier foi também o primeiro e principal editor de Machado de Assis (PAIXAO, 1996, p.19).

Em São Paulo, no ano de 1860 a livraria *Garnier* abriu uma filial administrada por Anatole Louis Garroux e que ficou conhecida como *Casa Garraux*. A livraria se consolidou com um catálogo voltado para livros de direito e além de livros vendia material escritório, papelaria e artigos importados. A *Garraux* concentrava parte da vida cultural de São Paulo sendo frequentada por pessoas da alta sociedade paulistana e pelos autores modernistas. Jacinto Silva chefe da seção de livros entre 1903 e 1920 fundou a editora *O Livro* e passou a editar os principais autores modernistas do começo no século. Também trabalhou na *Garraux*, José Olympio que viria a se tornar um importante editor brasileiro.

Em 1876, os Irmãos Antonio Maria e José Joaquim fundaram a *Livraria Paulista* que se tornou a *Livraria Teixeira*, outro local de concentração de cultura paulista. Os irmão passaram a editar obras em 1888 e seu primeiro romance foi *A carne* de Julio Ribeiro. A casa também editou *As primaveras* de Casimiro de Abreu, *A Moreninha* de Joaquim Manoel de Macedo e *Demônios* de Aluisio Azevedo. A *Livraria Teixeira* ficou conhecida por tem criado as tarde de autógrafos, como descreve Paixão:

Conta-se que em 1941, meio por acaso, foram colocados sobre uma mesa exemplares de um novo livro de Guilherme de Almeida. Alguns clientes da casa, ao perceber o poeta ali presente, pediram-lhe para autografar o livro. A partir de então, os novos lançamentos passaram a ter suas tardes de autógrafa, a principio frequentadas pelos familiares dos autores e pelo público anônimo, depois também por personalidades da politica e da sociedade (PAIXÃO, 1996, p. 34).

As livrarias *Universal* e *Garnier* representam uma época em que os modelos de negócios editoriais estavam começando a se formar e se davam na relação entre gráfica-editora-livraria. Os primeiros editores eram tipógrafos-editores ou livreiros-

-editores e os primeiros livros editados eram feitos sob a encomenda dos autores. Como define Chartier, “primeiro se é livreiro, primeiro se é impressor e, porque se é livreiro ou gráfico, se assume uma função editorial” (CHARTIER, 1998, p. 53). Pois, o ato de editar estava ligado diretamente ao ato de imprimir e ao ato de vender. Essas relações podem ser observadas até hoje em editoras que ainda possuem parque gráfico, como a Editora Record, ou que ainda mantêm editora e livrarias próprias, como o caso da Editora Saraiva.

O papel do editor é tornar-se uma ponte entre autores e os meios de produção e venda de livros, pois, para uma editora, a matéria-prima utilizada é o conteúdo produzido por seu quadro de autores. Editoras compram e detêm por um certo tempo, sob contrato, o direito de explorar comercialmente o conteúdo produzido por seus colaboradores. O material produzido é transformado por meio de um processo de editoração em produtos, neste caso em livros. As legislações sobre o assunto foram criadas com o objetivo de mediar conflitos entre as partes envolvidas e procuram defender a relação do autor com sua própria obra (LEMOS, 2011, p. 35).

Portanto, o objetivo da regulação da “propriedade intelectual” – onde se referenciam os *copyright* – numa primeira análise, não é limitar o acesso ao conhecimento, à cultura e às criações humanas, senão que discipliná-lo, de modo a balizar juridicamente as decisões sobre os conflitos morais e econômicos com respeito às formas de expressão, uso e disseminação das ideias (MACHADO, 2008, p. 246).

A propriedade do autor pode ser dividida em duas partes, a moral e a comercial, a primeira inalienável e a segunda um bem que pode ser negociado e explorado:

O autor é titular, na verdade, de dois feixes de direitos. Um deles diz respeito aos direitos morais, que seriam uma emanção da personalidade do autor e que estão intimamente ligados à relação do autor com a elaboração, divulgação e titulação de sua própria obra. O outro se refere aos direitos patrimoniais, que consistem basicamente na exploração econômica das obras protegidas (LEMOS, 2011, p. 35).

O direito autoral no Brasil só recebeu uma legislação própria com a Lei nº 496 de 01 de agosto de 1898 que definiu e garantiu os direitos autorais, porém somente para residentes no Brasil, inicialmente. Em 1912, a legislação passou a estender suas disposições para os países que aderiram a IV Convenção Pan-americana de Direitos Autorais (Argentina, México e Estados Unidos). Somente em 1924, o decreto 4.818 estendeu a lei de 1912 a Portugal. Esse fato modificou a forma de editar no Brasil

(HALLEWELL, 1985). Os editores brasileiros tornaram-se mais cautelosos em suas escolhas e as negociações de compra e venda de direitos tornaram-se parte importante do processo editorial, influenciando no preço final das obras segundo Hallewell.

Este novo respeito pelos direitos autorais dos estrangeiros, ao aumentar os custos das edições, não poderia deixar de exercer algum efeito sobre os editores brasileiros tornaram-se financeiramente mais cautelosos em outros sentidos — tal como a receptividade a novos trabalhos de autores nacionais. (HALLEWELL, 1985, p. 192).

Começaram, então, as negociações com os autores brasileiros para a sessão total dos direitos das obras o que se tornou um lucrativo negócio para as editoras brasileiras. A seguir, um exemplo descrito por Hallewell.

Em setembro de 1897, Hippolyte Baptiste conseguiu que Aluisio de Azevedo vendesse os direitos autorais sobre suas onze obras já publicadas por apenas 10:000\$000 o lote, embora Baptiste tivesse pago 600\$000 pelos mil exemplares da 1ª edição de *O cortiço* apenas sete anos antes. Entre essa data e 1934 a *Garnier* publicou seis edições de *O mulato*, cinco do *Livro de uma sogra*, quatro de *Casa de pensão* e assim por diante; a *Briguiet*, que comprou os direitos, e a *Martins*, a quem ela os vendeu em seguida, publicaram muitas mais. Só *O cortiço* teve vinte e sete edições desde a data em que Hippolyte comprou os direitos até 1973, quando eles caíram em domínio público (HALLEWELL, 1985, p. 192).

Em 1917, um novo Código Civil Brasileiro entrou em vigor e substituiu as normas anteriores. Uma nova legislação foi aprovada em 1973, a Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, que acrescentou as questões de prazos de vigência dos direitos patrimoniais do autor e instituiu o domínio público. A lei previa o direito patrimonial do autor por sobre sua obra durante o tempo de sua vida e a transferência deste direito a herdeiros. Os sucessores teriam o direito comercial assegurado por mais o tempo de vida de filhos, pais ou cônjuge e/ou 60 anos para outros tipos de sucessores. A lei de 1973 foi substituída pela legislação atual, a Lei nº 9.610 de 1998, ou Lei do direito autoral, LDA. A legislação assegura direitos de autores sobre suas criações e instituiu normas para a exploração comercial mediando a relação entre autores e editoras.

Para Chartier, a legislação que garante o *copyright* segue um pensamento tradicional baseado em cadeia produtiva e comercial que passa por desgaste e aponta para novas necessidades:

Inscrito na velha ordem da livraria, o *copyright* não deixa de definir de modo original a criação literária, cuja identidade subsiste qualquer que seja o suporte de sua transmissão. O caminho estava aberto assim para a legislação atual que protege a obra

em todas as formas (escritas, visuais, sonoras) que lhe podem ser dadas. Hoje, com as novas possibilidades oferecidas pelo texto eletrônico, sempre maleável e aberto a reescrituras múltiplas, são os próprios fundamentos da apropriação individual dos textos que se veem colocados em questão (CHARTIER, 1998, p. 49).

Assim, as novas formas de criação, distribuição e exploração que o meio digital propicia, conseqüentemente põe em xeque a legislação atual que não acompanha tal necessidade.

2.2 O livro e as novas tecnologias

Ao se pensar na palavra livro logo vem à mente a imagem clássica de um objeto retangular confeccionado a partir de folhas de papel impressas, costuradas e refiladas, o códex⁸. Embora os livros possuam hoje as mais diversas formas: a imagem do códex é predominante, pois, é resultado de séculos de história. Forma esta que também influencia a noção de livro por parte de instituições. A definição sobre o que é livro proposta pela Unesco em 1964⁹ não especifica um formato, porém, fala em impresso com páginas e capa: um impresso não periódico de 48 páginas ou mais, excluindo as capas, publicado no país e acessível ao público. No Brasil, a Associação Brasileira de Normas Técnicas acrescenta à definição da Unesco, em sua NBR 6029, a exigência do número internacional de ISBN. Tem-se, então, uma definição técnica do que é livro.

Porém, Andrew Haslam amplia essa definição ao afirmar que livro é “um suporte portátil que consiste de uma série de páginas impressas e encadernadas que preserva, anuncia, expõe e transmite conhecimento ao público, ao longo do tempo e do espaço” (HASLAM, 2010, p. 9), um dispositivo de documentação, que registra o conhecimento, as ideias e as crenças e é capaz de disseminar informação através dos povos e das gerações. Antes de ser um objeto, o livro é uma mídia resultada da necessidade de guardar e transmitir o conhecimento na vida em sociedade. Machado define

⁸ Chartier define códex como objetos compostos de folhas dobradas um certo número de vezes, o que determina o formato do livros e a sucessão dos cadernos. Estes cadernos são montados, costurados uns aos outros e protegidos por uma encadernação. A distribuição do texto na superfície da página, os instrumentos que lhe permitem as identificações (paginação, numerações), os índices e os sumários: tudo existe desde a época do manuscrito. Isso é herdado por Gutemberg e, depois dele, pelo livro moderno.

⁹ *Records of the General Conference – Thirteenth session – Paris 1964* (p. 144). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001145/114581e.pdf>>. Acessado em 31/08/2015.

o livro como “todo e qualquer dispositivo através do qual uma civilização grava, fixa, memoriza para si e para a posteridade o conjunto de seus conhecimentos, de suas descobertas, de seus sistemas de crenças e os vôos de sua imaginação” (MACHADO, 1994, p. 204). Para Lucien Febvre, livro é o “instrumento mais poderoso de que pode dispor uma civilização para concentrar o pensamento disperso de seus representantes e conferir-lhe toda a eficácia, difundindo-o rapidamente no tecido social, com um mínimo de custos e de dificuldades” (FEBVRE & MARTIN, 1992, p. 15).

A forma do livro, ao longo de sua história, sofreu modificações influenciada pelo avanços tecnológicos, culturais e econômicos. Ao se observar o livro sob a perspectiva não de um objeto, como o códice, porém, como um dispositivo como propõem os autores citados anteriormente, pode-se definir livro como uma ideia abstrata que se configura na conexão entre um conteúdo e um suporte. Machado chama a atenção para outra questão, que “se considerarmos que as mídias dão continuidade, em nosso tempo, ao projeto histórico do livro, é preciso também considerar que, nesse mesmo movimento, elas o transformam, redirecionando-o em função das novas necessidades do homem contemporâneo” (MACHADO, 1994, p. 207).

A relação entre o livro e as tecnologias existentes ao longo de sua história não é uma discussão completamente inédita, como exemplifica Machado:

Na verdade, a história do livro sempre esteve associada a dispositivos de escrita ou de leitura, de modo que a assimilação da ideia do livro à tecnologia do período não é privilégio de nosso tempo. Recordemo-nos de que, na Idade Média, a leitura do manuscrito exigia a invocação de todo um aparato técnico: não apenas era preciso recorrer a um sistema de cavaletes e alavancas, porque o livro era um volume demasiado amplo e pesado para ser manuseado (às vezes até com capas de ferro fundido e grandes fechaduras), como também o conceito de leitura era completamente distinto do que predomina hoje: ler era necessariamente fazê-lo em voz alta, o que exigia o concurso de uma cela ou de um cubículo fechado, de preferência à prova de som (MACHADO, 1994, p. 209).

Este exemplo demonstra como o livro depende dos aparatos tecnológicos e dos hábitos culturais de leitura para ser consumido, característica que o acompanham desde seu surgimento. Para Chartier, as atuais transformações ocorridas pelo surgimento do livro eletrônico podem ser percebida como “mudança particularmente complexa, pois, o livro digital fez ocorrer simultaneamente três mutações que nunca antes haviam se dado em conjunto: mudanças nas formas de registro de um texto, nas técnicas de reprodução e nas práticas de leitura” (CHARTIER, 2012,

p. 162). Tamanha transformação explica a sensação de ruptura existente e a exacerbada discussão a respeito do fim do livro.

Diversos autores se posicionaram a esse respeito. Walter Benjamin (1987, p. 27) previa que “tudo indica que o livro, nessa forma tradicional, vai ao encontro de seu fim”. Lucien Febvre concorda que “na metade do século XX, não temos certeza de que [o livro] possa ainda por muito tempo continuar a desempenhar seu papel, ameaçado como está por tantas invenções baseadas em princípios totalmente diferentes” (FEBVRE & MARTIN, 1992, p.14). Porém, o livro tal como conhecemos, na forma códice, sobrevive e coabita com outros formatos. Para Machado se o livro “vai morrer ou não, essa é uma discussão restrita apenas aos círculos de filólogos, pois, no fundo, tudo é uma questão de definir o que estamos chamando de livro” (MACHADO, 1994, p. 212).

Enquanto objeto, as relações entre suportes e formatos estão intrinsecamente conectados a constituição do livro. Távora entende suporte como “entidade mediadora de interação” (TÁVORA, 2008, p. 70). O suporte constitui a materialização da obra como o papiro, o pergaminho, o papel e recentemente a tela. É o que Marcuschi chama de “locus físico ou virtual (...), uma superfície física em formato específico que suporta, fixa e mostra um texto” (MARCHUSHI, 2003, p. 11).

O formato é definido a partir da manipulação do suporte. As definições de livro baseadas nos seus aspectos físicos, enquanto códex, apontam para um formato característico como afirma Araújo: “os suportes da escrita que, direta ou indiretamente, influíram na disposição da página impressa, adotaram sempre a forma retangular vertical, i. e., a largura menor que a altura” (ARAÚJO, 1986, p 415). Assim, rolo, códex e digital são formatos determinados pelo suporte, pela sua manipulação e pelos seus usos.

Marcuschi leva a relação suporte x formato a um nível mais complexo ao relacioná-los com o conteúdo. Ele “indaga-se até que ponto o formato do suporte tem influências diretas sobre algum dos processos de textualização tendo em vista sua interferência no processo de recepção” (MARCUSHI, 2003, p. 35). Távora acrescenta que “em função da tecnologia criada para interação, determinadas características podem interferir na constituição e mesmo na materialização da textualidade” (TÁVORA, 2008, p. 70).

Um conceito que surge juntamente com o formato digital é o de hipertexto, para Xavier, “hipertexto é uma forma de linguagem híbrida e dinâmica que interage

com outras interfaces semióticas e acomoda em sua superfície várias formas de textualidade” (MARCUSHI & XAVIER, 2004). A ideia de hipertexto exemplifica a influência do formato digital ao conteúdo, quando permite uma nova estruturação dos conteúdos em função das novas possibilidades e limitações do novo formato. Ou indica que “a revolução do livro eletrônico é uma revolução nas estruturas do suporte material do escrito assim como nas maneiras de ler” (CHARTIER, 2012, p. 13). O que pode ser explicado por Machado:

Acima de tudo, os novos livros deverão ser escritos em camadas ou níveis diferenciados de aprofundamento, aproveitando a estrutura tridimensional das escrituras hipertextuais, de modo que se possa fazer uma leitura apenas informativa, quando se quer somente saber do que se trata, mas também se possa mergulhar fundo na argumentação, se o interesse do leitor vai mais longe (MACHADO, 1994, p. 211).

Os conceitos de suporte, formato e sua interação com o conteúdo são determinantes para o resultado da materialidade do livro. Seja sob o suporte de papel, seja sob a tela de um leitor digital o livro sofre a influência de novas tecnologias e hábitos de leitura. “O que produz de fato a revolução do texto eletrônico, senão um passo suplementar no processo de desmaterialização, de descorporização da obra, que se torna muito difícil de estancar?” (CHARTIER, 1998, 67).

2.3 O mercado editorial brasileiro

Anualmente, o Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEL) em parceria com a Câmara Brasileira do Livro (CBL) divulgam o Relatório *Produção e vendas do setor editorial Brasileiro*¹⁰. O documento apresenta os resultados de pesquisas realizadas pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com editoras de todo o país¹¹. Segundo o último relatório publicado em 2016, com ano base 2015, o crescimento nominal do setor livreiro foi de negativo em 3,27% (o que significa um decréscimo real de 12,63%, considerada a variação do IPCA no mesmo ano). O segmento mercado acumulou decréscimo de 3,99% e as vendas para o governo

¹⁰ Disponível em: <<http://www.snel.org.br/dados-do-setor/producao-e-vendas-do-setor-editorial-brasileiro/>>. Acesso em: 01/11/2015.

¹¹ Segundo o relatório as informações contidas são “uma estimativa, elaborada a partir dos dados de uma amostra de editoras, da performance do setor editorial e de seus subsetores num determinado ano. Ela é feita partir da verificação do comportamento dessa amostra, os dados do universo do setor são, a cada ano, atualizados”.

decréscimo de 0,86%. O que indica uma maior queda nas vendas ao consumidor em volume de faturamento. O documento destaca ainda uma redução no número de exemplares vendidos que acumulam redução de 8,19% no setor marcado e 10,65% nas vendas ao governo.

Quanto aos e-books os indícios são de crescimento, o relatório anterior contava com um acervo de 35 mil títulos e o faturamento do setor crescia de 13 milhões em 2013 para 17 milhões em 2014, porém, o número indica apenas 0,3% do total do mercado em 2014. O último relatório apresenta um acervo de 45.836 títulos, dos quais 3.866 são novos títulos, um total de 1.264.517 unidades vendidas com faturamento de R\$ 20.439.476,97.

O faturamento total em 2015 somou aproximadamente R\$ 5,2 bilhões (76,9 % em vendas para o mercado e 23,1 % em vendas para o governo) e um total de 446 milhões de exemplares produzidos. Deste total, 19,5% (87.525.534) foram referentes a novos títulos e 80,5% (359.323.037) a reimpressões; 95,6% (426.971.204) foram obras de autores nacionais e 4,4% (19.877.367) traduções. A tabela a seguir apresenta uma comparação dos números totais do setor entre os anos de 2014 e 2015.

Tabela 1 Comportamento do setor editorial brasileiro 2014/2015.

	2014	2015	Varição (%)
Títulos	60.829	52.427	-13,81
Exemplares produzidos Total	501.371.513	446.848.571	-10,87
Faturamento (R\$) Total	5.408.506.141,17	5.231.396.423,43	-3,27
Mercado	4.169.658.915,19	4.003.182.263,47	-3,99
Governo	1.238.847.225,98	1.228.214.159,96	-0,86
Exemplares vendidos Total	435.690.157	389.274.495	-10,65
Mercado	277.387.290	254.680.102	-8,19
Governo	158.302.867	134.594.394	-14,98

Fonte: Relatório “Produção e vendas do setor editorial Brasileiro”. Fipe/SNEL/CBL ano base 2015.

A tabela acima mostra uma queda dos números em todos os pontos aferidos, o que indica uma reação dos números às questões político-econômicas que o país enfrenta. O preço médio do exemplar vendido ao mercado é de R\$ 15,72, um aumento de 4,57% em relação a 2014 (R\$15,03). O valor médio do exemplar em venda para o governo não pode ser aferido pela falta informações dos programas PNBE e PNAIC, não realizados. Porém no relatório de 2015 com ano-base 2014 o valor era de R\$ 7,83, o que representava um acréscimo de 6,33% em relação a 2013 (R\$

7,36). A diferença entre o valor médio da venda para o mercado e para o governo indica que, embora as vendas governamentais tenham grande impacto no mercado, o total faturado com estas vendas significa quase que o dobro de exemplares produzidos para o mesmo faturamento.

O mercado editorial brasileiro é dividido em quatro segmentos segundo o relatório: livros didáticos (LD), obras gerais (OG), religiosos (LR) e CTP (científicos, técnicos e profissionais). Cada setor apresenta características próprias de atuação no mercado e de participação em vendas governamentais. Os gráficos a seguir demonstram a participação de cada segmento no volume total do mercado em 2014 e 2015.

Livros Didáticos (LD): O segmento é compreendido por editoras que produzem livros a serem adotados em escolas, para o uso em salas de aulas ou suporte no ensino. O principal público deste setor são professores e profissionais de educação que tem o poder de escolher e adotar livros em escolas de nível fundamental e médio. É o principal setor impactado pelas compras governamentais.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 15122226/CA

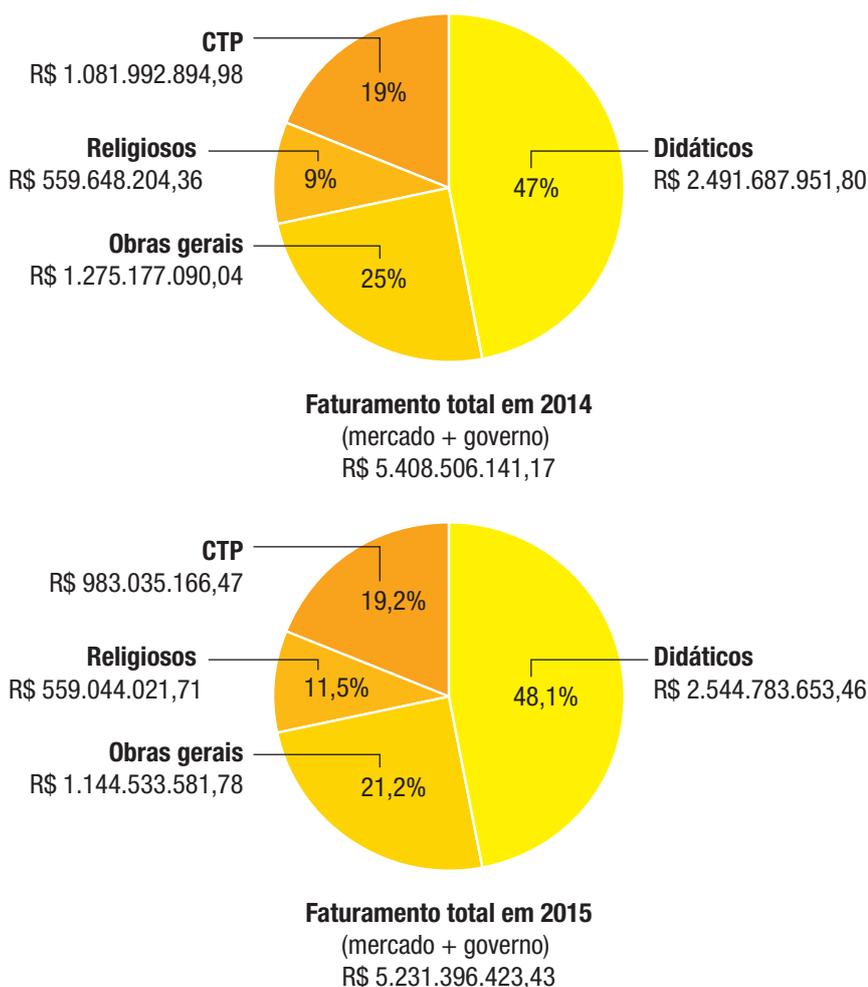


Figura 3 Divisão do faturamento do mercado editorial em 2014 e 2015 por segmento.

Segundo Mello:

É o segmento editorial mais concentrado, em que apenas quatro empresas dominam grande parte do mercado. Em 2009, as editoras de LD com receita superior a R\$ 50 milhões – foram apenas 16 em todo o setor editorial – geraram 89% do faturamento e comercializaram 94% do número de exemplares de livros didáticos. As principais editoras (...) são o Grupo Abril (editoras Ática e Scipione), a Moderna, a Saraiva e a FTD (MELLO, 2012, p. 436).

Os principais programas governamentais de compra de livros são o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Cada programa tem objetivos específicos e fazem parte políticas públicas que visam a distribuição de livros didáticos, obras complementares, dicionários e materiais de apoio para professores e alunos da educação básica ao ensino médio. A tabela a seguir demonstra os números das compras por estes programas nos últimos anos:

Tabela 2 Panorama das compras governamentais dos anos de 2013, 2014 e 2015

Tipos de venda	2013	2014	2015
	Faturamento (R\$)		
PNLD	1.253.845.260,38	1.001.854.198,75	1.156.447.920,29
PNBE	60.772.067,43	159.448.338,30	-
PNAIC	23.037.112,83	15.214.537,35	-
Total Gov. Federal	1.337.654.440,64	1.176.517.074,40	-
Outros órgãos de Governo	136.767.597,31	62.330.151,58	71.766.239,67
Total Governo	1.474.422.037,95	1.238.847.225,98	1.228.214.159,96
	Número de exemplares vendidos		
PNLD	175.775.163	120.724.108	132.171.274
PNBE	7.426.531	31.424.020	-
PNAIC	7.034.462	3.243.805	-
Total Gov. Federal	190.236.156	155.391.933	-
Outros órgãos de Governo	10.071.755	2.910.934	2.423.120
Total Governo	200.307.911	158.302.867	134.594.394

Fonte: Relatório “Produção e vendas do setor editorial Brasileiro”. Fipe/SNEL/CBL ano base 2014 e 2015.

Os números do setor de livros didáticos indicam queda em faturamento e em número de exemplares vendidos em consequência da queda em compras do governo. As políticas públicas voltadas para o setor tem sofrido o impacto da crise

econômica que o país enfrenta. O PNBE e PNAIC e não foram contabilizados, pois houve atraso nos editais.

Obras gerais (OG): o setor compreende as editoras de obras literárias gerais, ficção, não-ficção, poesias e biografias. Segundo Mello, é o segmento que:

(...) tem o maior número de pequenas editoras e o menor nível de concentração. No ano de 2009, 87% do mercado foi atendido por empresas com faturamento superior a R\$ 10 milhões, o que inclui um número significativo de pequenas e médias editoras. Pelos dados disponíveis, a receita da empresa líder desse segmento correspondeu a pouco mais de 4% de um segmento de Mercado avaliado em R\$ 1,25 bilhão em 2010. (MELLO, 2012, p. 445).

As informações citadas por Mello demonstram o caráter difuso deste setor, ele é composto por editoras de diversos portes e com modelos de negócios dos mais variados. Editoras apoiados em venda de *best-sellers* e livros relacionados com o cinema estão neste setor. As principais editoras deste segmento, segundo Mello, são:

O Grupo Editorial Record (Civilização Brasileira, Best Seller, Bertrand Brasil, Nova Era, José Olympio, Harlequin Books etc.), a Objetiva, a Sextante, a Editora Schwarcz (Companhia das Letras, Companhia das Letrinhas, Cia das Letras, Companhia de Bolso etc.), a Ediouro Publicações (Nova Fronteira, Agir, Desiderata, Thomas Nelson Brasil, Nova Aguiar etc.), a Rocco, a Globo Livros, a Intrínseca, a Zahar e outras marcas conhecidas (MELLO, 2012, p. 445).

Religiosos (LR): o setor é composto por editoras que produzem livros de conteúdo religioso. Estão enquadrados neste setor a produção de livros espíritas, evangélicos, cristão e judaicos; e tidos como autoajuda. As produções vão de obras gerais até material de treinamento e doutrina religiosa. Um dos diferenciais do setor é a diversificação dos canais de distribuição como livrarias especializadas, templos, supermercados e bancas de revistas.

Científicos, técnicos e profissionais (CTP): compreende as editoras especializadas em conteúdo para treinamentos, formação técnica e educação em nível superior. O setor avança na expansão dos produtos ofertados em função de novas demandas como educação a distancia, provas para concursos públicos e conteúdo para treinamento empresariais. Segundo Mello:

Trata-se de um segmento maduro, com pequeno crescimento. Sua evolução depende da expansão de cursos técnicos e universitários, ou de nichos de mercado, como o de concursos públicos. Apesar da constante queda de seus preços, suas margens de lucro mantêm a atratividade do segmento, como evidenciam a presença e os novos investimentos de grupos internacionais. (MELLO, 2012, p. 442).

O preço do exemplar deste setor é o maior levantado pela pesquisa analisada com um valor de R\$ 33,57 em 2014. O valor unitário do livro deste setor indica uma capacidade de faturamento maior em função do número de exemplares produzidos e vendidos.

Outra pesquisa efetuada periodicamente sobre o panorama editorial brasileiro resulta no relatório *Retratos da leitura no Brasil*¹², que está em sua quarta edição e foi divulgado no ano de 2016. O documento tem realização e coordenação do Instituto Pró-livro, apoio da Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares, da Câmara Brasileira do Livro e do Sindicato dos editores de Livros; e execução do IBOPE inteligência. O principal objetivo da pesquisa, segundo o relatório, é “conhecer o comportamento leitor medindo a intensidade, forma, limitações, motivação, representações e as condições de leitura e de acesso ao livro – impresso e digital – pela população brasileira” (PRÓ-LIVRO, 2016).

A pesquisa foi realizada com abrangência nacional e entrevistou 5012 pessoas residentes no Brasil com 5 anos e meio ou mais de idade, alfabetizada ou não. As entrevistas foram face a face, em domicílio, com a utilização de questionário elaborado de acordo com os objetivos na pesquisa entre os meses de novembro e dezembro de 2015. Os dados do relatório estimam que há no Brasil 104,7 milhões de leitores, um percentual de 56% da população, com um índice de leitura de 4,96 livros lidos/ano. São considerados leitores os entrevistados que declaram terem lido pelo menos um livro dos últimos três meses anteriores à pesquisa. Deste universo de leitores, 59% são do sexo feminino, 48,3% são da região sudeste.

Quanto aos livros digitais 41% dos entrevistados já ouviram falar, 7% nunca ouviram, mas gostariam de conhecer e 52% nunca ouviram falar. Do total, 26 % já leram algum livro digital e 74% nunca leram. Dos que leram, 56% leu no celular ou smartfone, 49% leu no computador, 18% leu no tablete ou Ipad e 4% em leito-

¹² Disponível em: <<http://prolivro.org.br/home/atuacao/28-projetos/pesquisa-retratos-da-leitura-no-brasil/8042-downloads-4eprlb>>.

res digitais, como Kindle, Kobo e Lev. O relatório “chama a atenção o quanto os celulares ou smartphones despontam nesse cenário como principais dispositivos utilizados para a leitura digital e a baixa menção aos dispositivos específicos para esse tipo de leitura (os leitores digitais)” (PRÓ-LIVRO, 2016, p. 107).

Um grande número de eventos voltados para o setor editorial estão sendo realizados pelo país estimulados por instituições e editoras que veem o potencial de crescimento do mercado brasileiro. Ao se analisar os números de vendas de livros para o mercado e os indicadores de leitura indicados pelas pesquisas publicadas percebe-se que a formação de novos leitores é um assunto que merece atenção. O principal evento da área é a Bienal Internacional do Livro que, em sua edição XVII de 2015, foi realizada no Rio de Janeiro no mês de setembro. Os dados da feira foram divulgados pelo SNEL em seu site. Foram 11 dias de evento, 676 mil visitantes, 12,5% acima do previsto. Três milhões e setecentos mil exemplares de livros foram vendidos, 8% a mais do que em 2013, o faturamento foi de R\$ 83 milhões, um aumento de 18% em relação ao evento anterior. 275 autores participaram da programação e 19,5 mil autógrafos foram dados.